



Anais da Assembléia

N.º 64

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE JULHO DE 1984

ANO X

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO N.º 57/84

Data: 29. de Junho de 1984.

SÚMULA: Dispõe sobre a Movimentação de Referência, Progressão e Ascensão Funcionais, previstos nos Artigos 24 e 25 da Lei n.º 7.784, de 14 de dezembro de 1983, na forma que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º - A elevação do funcionário à referência à classe imediatamente superior àquela a que pertencer, dentro da mesma série de classes, previstos nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 7.784, de 14 de dezembro de 1983, serão processados nos termos da presente Resolução.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Resolução, a elevação do funcionário à referência imediatamente superior denomina-se Movimentação de Referência; a elevação do funcionário à referência inicial da classe imediatamente superior denomina-se Progressão Funcional; e o ingresso na classe inicial de outra série de classe denomina-se Ascensão Funcional.

Art.2.º - O tempo de serviço, o desempenho funcional e a qualificação profissional serão avaliados na forma a seguir especificada.

I- O tempo de serviço compreende:

a) o prestado exclusiva e efetivamente à esta Assembléia Legislativa, com base na posse e exercício do cargo, respeitadas as dispensas ao expediente e os afastamentos legais que não impeçam contagem de tempo: número de dias multiplicados por 0,5 (zero vírgula cinco);

b) o contado para todos os efeitos legais, excedente ao especificamente prestado à esta Assembléia Legislativa: número de dias multiplicados por 0,25 (zero vírgula vinte e cinco);

c) o contado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade: número de dias multiplicados por 0,2 (zero vírgula dois).

II- O desempenho funcional compreende:

a) o exercício de cargo de Direção: número de dias multiplicados por 1,6 (um vírgula seis);

b) o exercício de cargo de Chefia de Gabinete: número de dias multiplicados por 1,2 (um vírgula dois);

c) o exercício de cargo de Coordenador, o de Chefia de Serviço Autônomo e o de cargo em entidade representativa dos funcionários desta Assembléia e outras que

importem em dispensa legal ao expediente: número de dias multiplicados por 1 (um);

d) o exercício de cargo de Assessor designado por ato da Comissão Executiva: número de dias multiplicado por 0,9 (zero vírgula nove);

e) o exercício de cargo de simbologia 1-C a 6-C, excluídos os de Chefia de Gabinetes, com contagem especificamente estabelecida: número de dias multiplicados por 0,8 (zero vírgula oito);

f) o exercício de cargo de Chefe de Divisão: número de dias multiplicados por 0,7 (zero vírgula sete);

g) o exercício de cargo de Chefe de Setor: número de dias multiplicados por 0,6 (zero vírgula seis);

h) o exercício do cargo de Chefe de Seção, de Oficial de Gabinete, de Auxiliar de Gabinete e de Assistente do Departamento Legislativo: número de dias multiplicados por 0,5 (zero vírgula cinco);

i) o exercício de função gratificada: número de dias multiplicado por 0,4 (zero vírgula quatro), ressalvada a função gratificada percebida em decorrência de cargo que enseja outra contagem de pontos.

III- A qualificação profissional compreende:

a) diploma de curso superior correlato com aquele que serviu de pré-requisito para a investidura no respectivo cargo: 500 (quinhentos) pontos por diploma;

b) o diploma de curso médio profissionalizante correlato com as funções exercidas pelo portador: 200 (duzentos) pontos por diploma;

c) a publicação de natureza técnico-científica, autorizada ou reconhecida por ato da Comissão Executiva: por publicação 500 (quinhentos) pontos;

d) o artigo em revista ou jornal de publicação regular, sobre assunto de interesse público, assinado pelo servidor: por artigo 100 (cem) pontos;

e) o curso de aperfeiçoamento autorizado ou reconhecidos por ato da Comissão Executiva: por curso 250 (duzentos e cinquenta) pontos;

f) designação para participar de Comissões Especiais ou Grupos de Trabalho autorizado pela Comissão Executiva: 250 (duzentos e cinquenta) pontos por Comissão ou Grupo de Trabalho.

Art.3.º - A Movimentação de Referência depende do tempo de serviço, do desempenho funcional e de vaga na referência imediatamente superior.

§ 1.º - Em cada classe o número total de cargos será distribuído, por etapas, entre as referências, segundo os percen-

tuais seguintes:

- I- 25% na referência I;
- II- 25% na referência II;
- III- 25% na referência III;
- IV- 25% na referência IV.

§ 2.º - Ocorrendo resultado fracionário na aplicação do parágrafo anterior, far-se-á o arredondamento para o número inteiro seguinte.

§ 3.º - Na Movimentação de Referência, o funcionário terá direito ao preenchimento de vaga existente na respectiva referência, segundo a ordem de classificação pela quantidade de pontos, contados na forma do artigo 2.º desta Resolução.

§ 4.º - Os pontos aproveitados para elevações serão deduzidos do acervo do funcionário.

§ 5.º - Os pontos aproveitados para uma Movimentação na Referência são os correspondentes à diferença entre os do candidato classificado e provido em primeiro lugar e o do segundo lugar; entre o classificado em segundo lugar e o do terceiro lugar e assim sucessivamente.

§ 6.º - A Diretoria de Pessoal, nos meses de abril e outubro de cada ano fará o levantamento das vagas existentes nas referências das diversas classes e do número de pontos de cada funcionário, publicando-o em edital e no Diário da Assembléia.

§ 7.º - Caberá reclamação por escrito dirigida ao Diretor de Pessoal, no prazo de 10 (dez) dias da publicação, a que se refere o parágrafo anterior, no Diário da Assembléia pelo funcionário eventualmente prejudicado.

Art.4.º - A Progressão Funcional dependerá de vaga na referência inicial da classe imediatamente superior.

Parágrafo Único- Concorrerá a Progressão Funcional prevista neste Artigo, o funcionário situado na referência IV de classe inferior, segundo o processo estabelecido no artigo 2.º desta Resolução.

Art.5.º - A Ascensão Funcional depende da comprovação de formação profissional exigida para o exercício do cargo e de teste seletivo interno, constante de provas e títulos, na forma de regulamento, salvo a elevação do Consultor Legislativo "A" nível 1 - Referência IV ao cargo de Procurador.

Art.6.º - A Comissão Executiva constituirá uma Comissão de Movimentação Funcional, integrada pelo Diretor Geral, como seu Presidente nato; pelo Diretor da Diretoria de Pessoal; por Servidor lotado na Diretoria de Pessoal, que servirá como seu Secretário; e por um funcionário indicado por cada uma das Entidades Representativas do Funcionalismo da Assembléia Legislativa, respectivamente CABENFALE e ASALEP.

Art.7.º - Compete à Comissão de que trata o artigo anterior organizar e submeter à Comissão Executiva, em parecer fun-

damentado, a lista dos funcionários classificados para os respectivos provimentos.

Art.8.º - Havendo empate, terá preferência sucessivamente o funcionário com mais tempo de serviço na Assembléia o de maior prole e o mais idoso.

Art.9.º - Os funcionários inativos serão enquadrados na referência IV da classe em que foram aposentados.

Parágrafo Único- Os funcionários em atividade, que na data da aprovação do presente Projeto de Resolução contarem com 20 (vinte) anos de efetivo serviço público, gozarão do mesmo benefício, sem prejuízo do direito a promoções verticais na mesma referência.

Art.10- Para viabilizar a aplicação do sistema de melhoria funcional disciplinado nesta Resolução, a Comissão Executiva determinará a realização de Progressão Funcional, com observância da avaliação previsto no artigo 2.º e dispensa dos interstícios estabelecidos no artigo 4.º, destinado ao preenchimento das vagas atualmente existentes no quadro de pessoal.

Art.11 - O Concurso de que trata o parágrafo único do artigo 25, da Lei n.º 7.784, de 14 de dezembro de 1983, será aberto pela Comissão Executiva e realizar-se-á na forma do regulamento a ser elaborado pela Comissão prevista no Artigo 6.º.

Art.12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em
29 de junho de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS
Presidente.

Atas das Comissões.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a Presidência do Senhor Deputado José Tadeu França e com a presença dos Senhores Deputados: Sérgio Spada, Odeni Mongruel e Rubens Bueno. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia onde foram apreciados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 59/84 - de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, que dispõe sobre a criação de espaço para fins publicitários na contracapa dos livros didáticos utilizados pela rede de ensino público de 1.º e 2.º graus, bem como em todo material escolar, e dá outras providências. Relator: Deputado Sérgio Spada. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 145/83 - De autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Pa-

ranavaí, Escola Técnica de Agricultura, nível de 2.º grau, com o nome de "Colégio Agrícola Heitor Alencar Furtado". Relator: Deputado Odeni Mongruel. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 65/83- De autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, que cria na estrutura da Secretaria da Educação, sob a supervisão do CETEPAR, o setor de cursos à distância, com aproveitamento de material e pessoal já existentes. Relator: Deputado Odeni Mongruel. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 26/84- De autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, que autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação Estadual a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel- FECIVEL, com sede e foro na cidade de Cascavel, e dá outras providências. Relator: Deputado Sérgio Spada. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ TADEU FRANÇA
Presidente

MARIA APARECIDA AMARAL
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, Basílio Zanusso, Amélia Hruschka, Ezequias Losso, Ivan Gubert, Nelson Buffara, Hermas Brandão, Tadeu Lúcio Machado, Artagão de Mattos Leão e Anibal Khury. Presenciaram a reunião os Senhores: Doutor Edison de Oliveira Machado, Diretor de Assessoria de Recursos do Tribunal de Justiça, Doutor Acir Mello, Assessor do Desembargador Marino Braga, Senhor Irineu Brezezinske e Senhor Osmar Meira. Nada havendo a constar da Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia. 1) PROJETO DE LEI N.º 115/84, do Deputado Trajano Bastos. Declara de Utilidade Pública a Associação BETEL Serviço Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede e foro em Guaruapuava. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer Favorável. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI N.º 113/84, da Deputada Irondi Pugliesi. Declara de utilidade pública a Sociedade Auxiliadora de Senhoras de Arapongas. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 3) PROPOSIÇÃO N.º 107/84, do Poder Executivo- Mensagem n.º 94/84. Convênio celebrado em

19.03.84, entre o Estado e a Secretaria do Interior e municípios que especifica, para controle da erosão urbana. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado com o Projeto de Resolução. 4) PROJETO DE LEI N.º 86/84, do Poder Executivo- Mensagem n.º 89/84. Encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar no departamento de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública, 178 cargos de provimento em comissão, símbolo 9-C, de assistente de segurança pública. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI N.º 103/84, do Poder Executivo- Mensagem n.º 102/84.

Autoriza o Executivo a doar ao Município de Cruzeiro do Sul, a data de terras n.º 15, quadra 29, medindo 600.00 m², situada no referido município. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 6) PROPOSIÇÃO VETO N.º 111/84, do Deputado Nestor Baptista. Dispõe sobre a plantação de pinheiro do Paraná ou erva-mate em terras que confrontam com rodovias pavimentadas e dá outras providências. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI N.º 60/84, do Deputado Tugui Setogutte. Estabelece critérios para transferência de servidor público da administração direta e indireta, quando estiver cursando escola de nível superior. Relator Deputado Hermas Brandão. Requerimento de vistas do Deputado Ezequias Losso. Deferido. 8) PROJETO DE LEI N.º 120/84, do Deputado Basílio Zanusso. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Castelo Branco, o imóvel de propriedade do Estado, constituído da data de terra n.º 09, da quadra n.º 13, com área global de 957.00 m² e localização que especifica. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 9) PROPOSIÇÃO VETO N.º 113/84, do Poder Executivo, Mensagem n.º 67/84. Encaminhando anteprojeto de lei, objetivando conceder ao ex-funcionário público estadual João Roque Dallabona, pensão mensal de valor equivalente a um salário mínimo regional. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI N.º 121/84, do Deputado Edgard Pimentel. Autoriza o Poder Executivo denominar rodovia Renato Festugato, a rodovia que liga Cascavel a Boa Vista da Aparecida, conforme especifica. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 11) PROJETO DE LEI N.º 116/84, do Deputado Mario Pereira. Declara de utilidade pública a Associação Educacional do Oeste do Paraná- ASSOESTE, com sede e foro em Cascavel. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 12) PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 97/84, do Deputado Nilso Sguarezi e outros. Denomina Jardim 25 de Abril o Jardim suspenso do anexo da Assembléia Legislativa. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. Votaram favora-

velmente, mas com ressalvas os seguintes Senhores Deputados: Artagão de Mattos Leão, Ezequias Losso, Ivan Gubert e Basílio Zanusso. 13) PROJETO DE LEI N.º 196/83, do Deputado Orlando Pessuti. Autoriza o Poder Executivo criar o Parque Estadual do Cadeado. Relator Deputado Ivan Gubert. Requerimento de vistas do Deputado Anibal Khury. Deferido. 14) PROPOSIÇÃO N.º 102/84, do Poder Executivo- Mensagem n.º 99/84. Termos de Cooperação Técnica e financeira entre o Estado, Secretaria de Transportes, e municípios que especifica, para recuperação de estradas. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado com o Projeto de Resolução. 15) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 03/84, do Deputado Rubens Bueno. Altera disposições da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 na forma que especifica e dá outras providências. Relator Deputado Ivan Gubert. Aprovado com Emenda Substitutiva. 16) PROJETO DE LEI N.º 101/84, do Deputado Roberto Requião. Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro de Campo Alto nesta Capital. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado. 17) PROJETO DE LEI 90/84, do Deputado Antônio Annibelli. Assegura tratamento hospitalar a integrantes da Polícia Civil, feridos em serviço, conforme especifica. Relator, Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. 18) PROPOSIÇÃO N.º 116/84, do Poder Executivo- Mensagem n.º 108/84. Submete a apreciação desta Assembléia Legislativa a indicação do Doutor João Olivir Gabardo, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme os termos do artigo 22, inciso IX, in-fine e 41 § 3.º da Constituição Estadual. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. 19) PROJETO DE LEI N.º 57/84, do Deputado Nilso Squarezi. Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Cooperação em Saúde e Bem Estar Social- COMSABES, com sede e foro em Pato Branco. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. 20) PROJETO DE LEI N.º 73/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Declara de utilidade pública o Hospital Regional de Psiquiatria Cândido Berthier Fortes com sede e foro em Paranavaí. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer contrário. Aprovado. 21) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 99/84, do Deputado Anibal Khury e outros. Dispõe sobre promoção e avanços no Quadro do Pessoal do Magistério do Estado do Paraná. Relator Deputado Ezequias Losso. Requerimento de vistas do Deputado Artagão Mattos Leão. Deferido. 22) PROJETO DE LEI N.º 79/84, do Deputado Sabino Campos. Proíbe estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino de 1.º e 2.º graus a cobrança de taxas de contribuições, conforme especifica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado com Emenda. 23) PROPOSIÇÃO N.º 108/84, do Poder Executivo- Mensagem

n.º 93/84. Convênio entre o Estado, Secretariado Planejamento, participação da COMEC e municípios que especifica, visando investimentos em transportes urbanos alternativos para economia de combustível. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado com o Projeto de Resolução. 24) PROJETO DE LEI N.º 41/84, do Deputado Roberto Requião e outros veda os órgãos da administração pública direta e indireta, bem como as fundações do Estado e Companhias de Economia Mista, das quais o Estado seja acionista majoritário, a contratação de serviços de terceiros, conforme especifica e dá outras providências. Relator Deputado Nelson Buffara. Requerimento de vistas do Deputado Ivan Gubert. Deferido. 25) Projeto de Lei Complementar 16/84, do Deputado Luiz Alberto Oliveira e Ferrari Júnior. Dá nova redação ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73, na forma que especifica. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Requerimento de vistas do Deputado Basílio Zanusso. Deferido. 26) Projeto de Lei 53/84, do Deputado Luiz Alberto Oliveira. Revoga o art. 2.º da lei 7809; que institui taxa adicional de 20% nas custas judiciais. O Deputado Ezequias Losso solicitou que sejam reestudados todos os projetos do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que tratam de isenção de taxas de água e energia elétrica de algumas entidades sociais de Paranavaí, sugestão que foi aceita por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, secretário.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR
Presidente
OSVALDO MARQUES
Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e quatro na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Gilberto Carvalho, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Tadeu Lucio Machado, Ivan Gubert, Amélia Hruschka, Caíto Quintana, Ezequias Losso, Jorge Maia, Irondi Pugliesi e Sérgio Spada. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia: 1) Proposição 117/84, de autoria do Deputado Ivan Gubert e outros. Relator Deputado Tadeu Lucio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião. Para

constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Osvaldo Marques, secretário.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR
Presidente
OSVALDO MARQUES
Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação em caráter extraordinário, sob a Presidência do Senhor Deputado José Tadeu França e com a presença dos Senhores Deputados: Adhail Sprenger Passos, Sérgio Spada, Márcio Almeida, Antônio Belinati e Odeni Mongruel. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião. A presente reunião contava com a presença do Senhor Roberto Linhares da Costa, Vice-Reitor da Universidade Federal do Paraná, Roberto Kügler, Presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná, Roberto Figueira, Presidente da Associação dos Médicos residentes do Hospital de Clínicas da UFPR, Carlos Alberto Faraco, Presidente da Associação dos Professores da UFPR, Lízia Helena Nagel, Diretora de Assuntos Universitários da SEED, Manuel Appel, da ANDES e vários representantes de professores e funcionários da Universidade Federal do Paraná. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Carlos Alberto Faraco e em seguida falaram os Senhores Roberto Figueira, Roberto Kügler, Roberto Linhares e a Senhora Lízia Helena Nagel. Vários dos presentes formularam perguntas aos componentes da Mesa, as quais foram respondidas satisfatoriamente. Todos os debates da reunião se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. Em seguida, fizeram uso da palavra os Senhores Deputados presentes, que reiteraram apoio ao movimento dos professores e médicos residentes do Hospital de Clínicas. Todos os discursos e pronunciamentos se encontram em notas taquigráficas traduzidas que também passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a todos, colocando a Comissão de Educação à disposição. O Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, eu, Maria Aparecida Amaral secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ TADEU FRANÇA
Presidente
MARIA APARECIDA AMARAL

Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
2.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos humanos, na Sala da Presidência do Plenário, sob a Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel e com a presença dos Senhores Deputados Odeni Mongruel, Nelson Vasconcellos, Acir Mezzadri e Edmar Costa, Membros efetivos desta Comissão. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, passando-se em seguida a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observação, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o PROJETO DE LEI N.º 141/84 - Mensagem Governamental n.º 123/84 - Objetivando majorar em 70% (setenta por cento), os vencimentos do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, a partir de 1.º de julho de 1984. Relator o Presidente Deputado Odeni Mongruel Parecer favorável. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião e eu Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

(aa) ODENI MONGRUEL
Presidente
DIVA DO VALLE CAVALCANTI
Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação em caráter extraordinário, sob a Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel, Vice-Presidente da mesma e com a presença dos Senhores Deputados: Edgard Pimentel, Antônio Belinati e Ivan Gubert. A presente reunião contava com a presença das professoras: Romilda Teodoro Ens, Maria Angélica Morochoi, Maria Luíza A. Malucelli, Isabel Moreira Fortes Maria Ledi V. Cardoso, Vera Lúcia Pacheco Araujo, Sity da Silva Silvério e Sandra Maria Baby, que vieram a esta Comissão para expor sobre o remanejamento dos funcionários da Secretaria de Educação. A professora Romilda Teodoro Ens apresentou um relatório minucioso sobre a situação dos funcionários remanejados da Secretaria da Educação. Em seguida, se pronunciaram todos os Senhores Deputados presentes. Todos os pronunciamentos da presente reunião, se encontram em notas taquigráficas traduzidas que passam a fa-

zer parte integrante desta Ata. Ao encerrar, o Senhor Deputado Odeni Mongruel agradeceu a presença de todos, colocando-se juntamente com os Deputados presentes à inteira disposição de todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado declara encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ODENI MONGRUEL
Vice-Presidente
MARIA APARECIDA AMARAL
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição, sob a Presidência do Deputado Djalma de Almeida Cesar mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ezequias Losso, Ervin Bonkoski, Edmar Luiz Costa, Gilberto Carvalho, Caíto Quintana, Anibal Khury, Artagão de Mattos Leão, Homero Oguido e Hermas Brandão. Nada havendo a constar da Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei 96/84, do Deputado Ivan Gubert. Assegura direito a estabilidade após cinco anos, ao empregado contratado por órgão público sob o regime da CLT. Relator Deputado Anibal Khury. Requerimento de vistas do Deputado Gilberto Carvalho. Deferido. 2) Projeto de Lei 111/84, do Deputado Sérgio Spada. Dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo na administração direta e indireta do Estado, na forma que especifica. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado com emenda substitutiva. 3) Projeto de Lei 10/83, do Deputado Gabriel Sampaio. Projeto de lei complementar, dando novas normas aos veículos de representação desta Casa. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Contrário. Aprovado. O Deputado Gilberto Carvalho votou favoravelmente ao projeto. 4) Projeto de Lei 195/83, do Deputado Donato Gulin. Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Municipal de Previdência do Legislador Municipal. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado. 5) Projeto de Lei 129/84, do Deputado Hermas Brandão. Cria o distrito administrativo de Triolândia, no Município de Ribeirão do Pinhal. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado. 6) Proposição 115/84, do Poder Executivo - Mensagem 106/84. Cópias autênticas de termos de convênios celebrados em 12.04.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e municípios mencionados, com participação da FAMEPAR, objetivando apli-

cação de recursos financeiros vinculados ao programa de Mobilização Energética. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução. 7) Proposição - veto 118/84, do Poder Executivo-Deputado Leônidas Chaves. Denomina de Moacir Julio Silvestri a Rodovia PR-170, que liga o Município de Guarapuava ao Município de Pinhão (Foz do Rio d'A-reia). Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado. Os Deputados Gilberto Carvalho, Ezequias Losso e Artagão de Mattos Leão votaram contra o veto. 8) Projeto de Lei 130/84, do Deputado Tadeu França. Declara de utilidade pública o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quinta do Sol, com sede e foro em Quinta do Sol. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 9) Projeto de Lei 109/84, do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Instituiu a data de 23 de abril, como dia em que se celebrará homenagens ao leonismo paranaense. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 10) Projeto de Lei 105/84, do Deputado Nelson Vasconcellos. Declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapejara com sede e foro em Tapejara. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 11) Proposição 101/84, do Poder Executivo - Mensagem 100/84. Termo de cooperação técnica e financeira celebrado em 08.12.83, entre o Estado através da Secretaria dos Transportes e o Município de Tamboara, para recuperação ou construção de pontes. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 12) Projeto de Resolução 20/84, do Deputado Tércio Albuquerque. Cria na estrutura do Poder Legislativo seis gabinetes destinados a Vice-Lideranças, na forma que especifica. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado. 13) Projeto de Lei 107/84, do Deputado Adhail Sprenger Passos. Denomina Escola Estadual Monsenhor Ivo Zanlorenzi - Ensino de 1.º grau Regular e Supletivo, a atual escola Embaixador Lincoln Gordon em Campo Comprido nesta Capital. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. 14) Projeto de lei 93/84, do Deputado Ivan Gubert. Fixa em 50 anos completos o limite de idade para inscrição em concurso público. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. 15) Projeto de Lei 49/84, do Poder Executivo - Mensagem 87/84. Encaminha anteprojeto de lei objetivando alterar dispositivos do Quadro de Pessoal da secretaria do Egrégio Tribunal de Alçada, na forma que especifica e dá outras providências. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado com Emenda. 16) Projeto de Lei 77/84, da Deputada Irondi Pugliesi. Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Gusso e Jardim Paraná, com sede e foro em Curitiba. Relator Deputado

Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. 17) Projeto de Resolução 108/84, da Comissão Executiva. Dispõe sobre a movimentação de referências, progressão e ascensão funcionais, previstos nos artigos 24 e 25 da lei 7784, de 14.12.83, na forma que especifica. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 18) Projeto de Lei 88/83, do Deputado Tadeu Lucio Machado e outros. Aos diretores de empresas nas quais o Estado seja acionista majoritário, é assegurado percepção de honorários, conforme especifica. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. O Deputado Ezequias Losso, votou contra em separado. O Deputado Edmar Costa votou contra por inconstitucionalidade. O Deputado Anibal Khury votou favoravelmente em separado. 19) Projeto de Lei Complementar 97/84, do Deputado Ivan Gubert. Dá nova redação ao § único do artigo 103 da lei 6174 de 1970. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Contrário. Aprovado. 20) Proposição 99/84, do Poder Executivo - Mensagem 103/84. Termo de cooperação técnica e financeira celebrado em 31.12.83, entre o Estado, Secretaria de Transportes e o Município de Piên, para recuperação ou construção de pontes. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado com o Projeto de Resolução. 21) Projeto de Lei 133/84, do Deputado Ezequias Losso. Declara a Gralha Azul Ave Símbolo do Paraná e dá outras providências. Relator Deputado Artagão de Mattos Leão. Parecer Favorável. Aprovado. 22) Proposição-Veto 110/84, do Deputado Rubens Bueno. Autoriza o Poder Executivo transformar em Fundação Estadual a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM. Relator Deputado Artagão de Mattos Leão. Parecer Favorável. Aprovado. 23) Projeto de Lei 106/84, do Deputado Sérgio Spada. Dispõe sobre participação discente nos Conselhos Universitários e nas Congregações das Universidades e Faculdades Estaduais, na forma que especifica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto a Secretaria de Educação. Deferido. 24) Projeto de Lei Complementar 99/84, do Deputado Anibal Khury e outros. Dispõe sobre promoção e avanços no Quadro de Pessoal do Magistério do Estado do Paraná. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 25) Proposição-Veto 112/84, do Deputado Rubens Bueno e outros. Altera dispositivos nos artigos 44, 59 e 75, incisos I, XXXIV e XVII, da Lei Complementar n.º 02 de 18.06.73, conforme redação. Relator Deputado Edmar Costa. Parecer Favorável. Aprovado. 26) Proposição 105/84, do Poder Executivo Mensagem 96/84. Convênio entre o Estado através da Secretaria dos Transportes e municípios que especifica, visando melhorias operacionais dos aeroportos. Relator Deputado Edmar Costa. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução.

27) Projeto de Lei 203/83, do Deputado Ferrari Júnior. Dá nova redação ao artigo 8.º da lei 6636/74 e dá outras providências. Relator Deputado Edmar Costa. Parecer Contrário. Aprovado. 28) Projeto de Lei 141/84, do Poder Executivo - Mensagem 123/84. Objetivando majorar em 70% os vencimentos do funcionalismo público civil e militar do Estado, a partir de 1.º de julho de 1984. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado com Emenda Substitutiva. 29) Projeto de Resolução 79/84, do Deputado Rubens Bueno. Acrescenta inciso XXI ao artigo 3.º do Regimento Interno. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 30) Projeto de Lei 200/83, do Deputado Donato Gulín. Dá nova redação ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 02. Remuneração de Vereador e representação de Presidente de Câmara Municipal. Relator Deputado Homero Oguido. Requerimento de vistas do Senhor Deputado Ivan Gubert. Deferido. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Osvaldo Marques, Secretário.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente

OSVALDO MARQUES

Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE 4.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida Cesar, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Sérgio Spada, Homero Oguido, Ivan Gubert, Irondi Pugliesi, Ezequias Losso e Basílio Zanusso. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia: 1) projeto de Resolução 113/84 do Deputado Nestor Baptista e outros. Fixa a remuneração do Deputado Estadual os subsídios e a verba de representação do Governador e Vice-Governador, com vigência a partir de 1.º de julho de 1984. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, secretário.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente

OSVALDO MARQUES - Secretário